

INFORME JURÍDICO

ANO XXV

ÍNFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

02/ AGOSTO / 2021

STF ANALISARÁ INCIDÊNCIA DE IR SOBRE CORREÇÃO DE VALOR DEVOLVIDO PELO FISCO

Questão é importante para as empresas com bilhões de reais a receber da exclusão do ICMS

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

O FALSO DILEMA DO IRPJ E DA CSLL SOBRE A TAXA SELIC NO INDÉBITO TRIBUTÁRIO

Por Caio Cesar Braga Ruotolo

O Supremo Tribunal Federal pautou para o próximo dia 5 o julgamento do RE nº 1.063.187/SC, que, em sede de repercussão geral, poderá decidir tema de grande importância para os contribuintes.

[Leia Mais](#)

PAUTA DO PLENÁRIO DO STF EM AGOSTO INCLUI PROCESSOS TRABALHISTAS E DIREITO DE POSSE DE TERRAS INDÍGENAS

Calendário completo de julgamentos previstos está disponível no portal do STF.

[Leia Mais](#)

O QUE ESTÁ EM JOGO NAS DISCUSSÕES TRABALHISTAS NO STF NESTA SEGUNDA

STF irá decidir se o acordado deve prevalecer sobre o legislado quando há restrição de direitos não constitucionais

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

SHOPPINGS REBATEM NO STF AÇÃO DO PSD PARA APLICAÇÃO DO IPCA EM CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Abrasce se manifestou no processo em nome dos 601 associados em todos os estados do país

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

[Leia Mais](#)

TAXA CONFIRMADA

STF REAFIRMA USO DA SELIC E IPCA-E NA CORREÇÃO DAS CAUSAS TRABALHISTAS

Por Severino Goes

A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e a correção dos depósitos recursais em contas judiciais da Justiça do Trabalho devem ser feitas por meio da aplicação do IPCA-E, na fase pré-judicial e, a partir da citação, pela taxa Selic.

[Leia Mais](#)

PARA PRIMEIRA TURMA, É ILEGAL COBRANÇA DE IOF EM ADIANTAMENTO A EXPORTADORES NA VIGÊNCIA DO DECRETO 6.338/2008

Ao negar provimento a recurso da Fazenda Nacional, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou ilegal a cobrança da alíquota de 0,38% de IOF nos Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio (ACCs), instituída pelo Decreto 6.339/2008 no período de 3 de janeiro de 2008 a 12 de março de 2008.

[Leia Mais](#)

OS DESTAQUES DA PAUTA DO STJ NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2021

Recursos repetitivos com impacto em milhares de processos por todo o país, casos criminais envolvendo agentes políticos e julgamentos sobre questões inéditas nos mais variados ramos do direito estão na pauta do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o segundo semestre de 2021.

[Leia Mais](#)

RECEITA DIZ QUE SUSPENDEU AUTUAÇÕES SOBRE A “TESE DO SÉCULO”

Fisco dará prazo para contribuintes "corrigirem" créditos gerados pela exclusão do ICMS

Por Joice Bacelo — do Rio

[Leia Mais](#)

TRF ENCURTA CAMINHO DE CONTRIBUINTE A PRECATÓRIO

TRF da 3ª Região admite pagamento em dinheiro de tributo pago indevidamente ou a mais por meio de mandado de segurança

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

[Leia Mais](#)

TRF DE SÃO PAULO MANTÉM ICMS NO CÁLCULO

Decisão garante que créditos de PIS/Cofins sejam calculados com o ICMS embutido

Por Joice Bacelo — Do Rio

[Leia Mais](#)

JUSTIÇA PAULISTA VEDA TRIBUTAÇÃO DE DESPESAS ADUANEIRAS DO PASSADO

Precedente limita efeitos de decisão do STJ sobre capatazia em recurso repetitivo

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia Mais](#)

JUDICIÁRIO AFASTA RETENÇÃO DO ISS NA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇO

Apesar de decisão do STF contrária à exigência, municípios continuam a aplicar regra

Por Gilmar Santos — De São Paulo

[Leia Mais](#)

RECEITA REDUZ VALOR DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS SOBRE INSUMOS

Estratégia poderá reduzir conta bilionária da exclusão do ICMS nos recolhimentos

Por Joice Bacelo — Do Rio

[Leia Mais](#)

SEM PRODUÇÃO OU INSUMO

TRF-4 DECIDE QUE HAVAN NÃO TEM DIREITO A CRÉDITO DE PIS/COFINS

A empresa comercial, que nada produz ou fabrica, não tem insumos e, por isso, não tem direito a crédito de PIS e Cofins não cumulativos. Dessa forma, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve decisão que impediu a varejista Havan de apropriar crédito de contribuição ao PIS e à Cofins sobre despesas diversas.

[Leia Mais](#)

GRANDES EMPRESAS NÃO PODEM DESCONTAR DANOS MORAIS DO IR

Entendimento está em solução de consulta da Receita e vale para contribuinte no regime do lucro real

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia Mais](#)

SANÇÕES POR VIOLAÇÃO À LGPD COMEÇAM A VALER, MAS SEM APLICAÇÃO DE MULTA

ANPD ainda trabalha em regulamentação e cálculo para definir penas

Por Gilmara Santos — São Paulo

[Leia Mais](#)

TECNOLOGIA

AMAZON É MULTADA EM 746 MILHÕES DE EUROS POR NÃO PROTEGER DADOS

Por descumprimento das normas da União Europeia (UE) sobre a privacidade dos usuários de Internet, Luxemburgo impôs multa de 746 milhões de euros

Por AFP

[Leia Mais](#)

STJ ADOTA CRITÉRIOS DISTINTOS SOBRE OS JUROS DE MORA

Caráter acessório dos juros de mora à verba principal não prevaleceu em julgamento sobre pagamentos no âmbito do REFIS

[Leia Mais](#)

MUDANÇAS SOBRE LAVAGEM DE DINHEIRO SÃO REGULAMENTADAS PELO BC

Serão exigidas informações sobre residência e sede de clientes

Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil - Brasília

[Leia Mais](#)

ARTIGO PREVIDÊNCIA

A TRIBUTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS PRÊMIOS

Entenda se os valores pagos aos trabalhadores como premiação devem ser tratados como parcela de natureza remuneratória.

[Leia Mais](#)

CRÉDITO E MEDIDAS TRABALHISTAS SÃO DESTAQUE EM VOTAÇÕES DE MPS NO 2º SEMESTRE

As medidas provisórias que aguardam votação também tratam de licitações, gestão da crise hídrica, reestruturação fundo de infraestrutura e modernização do ambiente de negócios no país

Leopoldo Silva/Agência Senado

[Leia Mais](#)

PRESSIONADO, SABINO RECUA E MANTÉM INCENTIVOS AO VALE-ALIMENTAÇÃO NA REFORMA

Proposta da reforma tributária retirava os incentivos fiscais das empresas que participam do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – algo que foi visto com temor por associações e sindicatos
Israel Medeiros

[Leia Mais](#)

O SABOR AMARGO DAS MODULAÇÕES DO STF

A falta de isonomia da inexplicável e tardia modulação de efeitos da decisão sobre exclusão do ICMS é flagrante

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

CONTENCIOSO DE DADOS PESSOAIS ADENTRA SETOR TRIBUTÁRIO

Por Luiza Leite e Guilherme Chambarelli

Em julgamento recente, a Justiça federal de Campo Grande reconheceu o direito de uma varejista a aproveitar créditos de insumos de PIS/Cofins não cumulativo com os investimentos no tratamento de dados pessoais.

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

REFORMA TRIBUTÁRIA PODE ONERAR EMPRESAS NA IMPLANTAÇÃO DE STOCK OPTIONS

Por Lucas Esper Berthoud e Luís Francisco Jardim

O Projeto de Lei (PL) nº 2337/21, que representa a segunda etapa da reforma tributária, prevê, entre outros temas polêmicos, que os pagamentos de gratificações e participação nos resultados a sócios, acionistas e executivos realizados com ações da empresa não mais poderão ser deduzidos como despesas operacionais. Os pagamentos a empregados permaneceriam dedutíveis. A proposta consta do artigo 13 do PL e alteraria o artigo 33 da Lei nº 12.973/14.

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens em spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui](#).